



GUILDAS & CARDUMES

NOTÍCIAS DOS GRUPOS TEMÁTICOS E COMITÊS

Participação nos Grupos Temáticos

Nesta seção publicamos as notícias dos Grupos Temáticos e Comitês da SBI. Embora seja esperado que a comunicação entre os membros dos grupos seja intensa por outras vias que não este Boletim, solicitamos que mantenham o restante da Sociedade informado sobre suas atividades. Isso propiciará aos associados uma idéia da efetividade dessas iniciativas, bem como poderá despertar interesse em outras pessoas para delas participar,

(I) GRUPO RECURSOS PESQUEIROS DE ÁGUAS INTERIORES

A revista *Aruanã* publicou em seu número de fevereiro de 1998 um artigo com o título "Adeus às redes de pesca", comentando acerca da mobilização dos pescadores amadores no sentido de proibir a pesca profissional em águas continentais brasileiras. Transcrevemos, nesse espaço, os comentários encaminhados à revista e a resposta dada pelo seu editor (autor do artigo).

Pescador profissional – o anúncio de um adeus equivocado

ANGELO ANTONIO AGOSTINHO

EDSON K. OKADA

CAROLINA MINTE VERA

UEM/Nupélia
Maringá (PR)

MIGUEL PETRERE JR.

UNESP – Depto. de Ecologia
Rio Claro (SP)

Foi com muita preocupação que lemos o artigo do Sr. Antonio Lopes da Silva "Adeus às redes de pesca", publicado na revista *Aruanã* de fevereiro de 1998.

O artigo se inicia com a falsa e tendenciosa afirmação de que "O Brasil é o único país do mundo que ainda permite pesca profissional em águas interiores", o que reafirmamos não ser verdade, pois em todos os continentes existe, em maior ou menor escala, uma disciplinada e protegida pesca profissional de água doce.

A ONU, inclusive, possui para todos os continentes, através da FAO (Food and Agriculture Organization – órgão relacionado com a produção agrícola e animal), comissões especializadas, com cientistas internacionais de alto nível, para disciplinar essas pescarias. Assim, na Europa existe a EIFAC (European Inland Fisheries Assessment Committee – Comitê Europeu de Avaliação de Pescas Interiores), responsável pela atividade em todo o continente. Na África existe a CIFA (Committee for the Inland Fisheries of Africa – Comitê para a Pesca Interior da África). O Brasil é signatário e membro atuante da COPESCAL (Comisión para la Pesca Continental de América Latina), onde são discutidas medidas de manejo das pescarias em nosso país, através de reuniões periódicas, realizadas cada vez num país diferente e às vezes na sede da FAO em Roma, onde temos um embaixador representando nosso país, lutando por nossos interesses. Neste ano a reunião está programada para ocorrer em Belém (PA).

Isso atesta a importância da pesca de água doce, onde se estima uma captura anual de cerca de 6 milhões de toneladas, dos 100 milhões capturadas em todo o mundo.

Atualmente, no Brasil, a pesca profissional de água doce é muito dificultada em três Estados: Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul, devido à pressão exercida pela pesca esportiva, com o objetivo de reservar para si os peixes nobres de maior porte. Assim, já ocorreu de a pesca profissional ficar permanentemente proibida nos Estados de Goiás e Tocantins. Isso porque os pescadores esportivos são muito mais organizados que os profissionais, têm grande penetração na imprensa diária e muita influência política. Por outro lado, os pescadores profissionais, devido às suas características culturais e educacionais, constituem um grupo social mais frágil, ficando à mercê das decisões tomadas à sua revelia.

Quando se inicia um movimento contra a pesca profissional, a primeira sutileza é a de proibir o uso generalizado das redes "para proteger os peixes, a fim de evitar a pesca predatória". Em geral, as pessoas encaram a pesca de rede durante a época da desova como predatória, o que nem sempre é verdade. Recentemente, o IBAMA, em Brasília, realizou uma consulta aos pescadores profissionais e autoridades científicas reconhecidas, para ordenar a exploração pesqueira da bacia do Paraná, e nenhuma das decisões adotadas abrangeu a proibição total do emprego de artes de emalhe. Apenas disciplinou suas dimensões e estratégias de uso,

inclusive na época da desova, com o estabelecimento de cotas máximas a serem capturadas, para o pescador profissional não passar por dificuldades financeiras durante o defeso. As artes de emalhe são empregadas pelos pescadores profissionais de modo legal e ordenado em todo o país, com exceção dos três Estados citados. É claro que às vezes ocorrem abusos porque nem todos os pescadores têm consciência ecológica e ética.

Como cientistas pesqueiros, a nossa posição é a seguinte (Petrere et al, 1993):

- 1- Trata-se de uma questão eticamente delicada decidir o uso de recursos pesqueiros, visto que a sociedade não investiu em sua produção. Assim, essa questão merece amplo debate entre as partes interessadas em sua exploração.
- 2- A melhor forma de conservar os recursos pesqueiros é usufruí-los de modo sustentável. O desfrute plural desse recurso é ético e interessante para sua preservação.
- 3- É perfeitamente possível a coexistência da pesca profissional com a esportiva. É necessário apenas se efetuar um ordenamento das atividades, para diminuir o conflito entre as partes.
- 4- Com a proibição das redes, o corimatá por exemplo não será capturado, pois ele dificilmente é pego pelo anzol. Em todas as bacias em que ocorre, essa espécie tende a ser a mais abundante nas capturas; é um pescado barato e assim consumido pelas populações mais pobres.
- 5- O cerceamento e depois a extinção da pesca profissional irão acarretar o desaparecimento do modo de vida e da perda do cultura do pescador profissional, acumulada por gerações, no entendimento da ecologia dos rios. Esse grupo social deve ser encarado como importante patrimônio cultural da nação e sua cidadania deve ser respeitada.
- 6- É usual se afirmar que o estado de pobreza do pescador profissional é inerente à sua profissão. Não acreditamos nesse argumento, pois em muitas regiões deste país esses pescadores têm uma vida digna, e exercem uma atividade adequada às condições ecológicas da região, possuindo casa própria, adequados petrechos de pesca e barco a motor, propiciando uma situação de vida confortável aos seus familiares. Se em alguns locais eles se encontram em situação econômica difícil, é porque a política pesqueira dos últimos anos tem arbitrado contra seus interesses. Optando-se por uma legislação mais adequada aos seus anseios de progresso pessoal, seguramente o pescador se tornará num dos aliados mais fortes para a conservação desses recursos e fiscalização da pesca, e não "um depredador da natureza", como tentam taxá-lo.
- 7- A pesca é uma atividade de menor impacto ao meio ambiente. Quando se ataca o pescador profissional, deixam-se de lado outras atividades com maior poder de degradação, como a poluição doméstica e industrial, a retirada da mata ciliar, o garimpo, a drenagem das várzeas, a construção de aterros, açudes e barragens que destroem o habitat dos peixes, em nome de um questionável "progresso", passando a falsa imagem de uma "preocupação" com o meio ambiente.
- 8- Nosso país está passando por uma séria crise social, com o aumento acelerado do desemprego. Em muitas regiões do Brasil, principalmente nas mais pobres, a atividade pesqueira é o último degrau, antes do desemprego absoluto e, não devemos esquecer que o pescador profissional também tem uma família para sustentar. Assim, não é sensato coibir essa atividade, onde o governo quase não precisa investir, e que no fim da cadeia de comercialização ainda gera impostos.

Referência

Petrere, M., C.A.R.M. Lima, A.C. Catella e F.L. Nascimento. 1993. Comentários sobre a situação atual da pesca no Pantanal. EMBRAPA/CPAP, Corumbá, mimeo, 3p.